



## ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

8 Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, às dez horas, no Auditório nº 2 do  
9 Ibama Sede – Brasília/DF, iniciou a 17ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo sobre o  
10 Desastre de Mariana/MG. Verificado o quórum regulamentar (lista de presença anexa), a Presidente  
11 suplente do CIF cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos, solicitando a apresentação dos  
12 presentes, por se tratar de reunião aberta ao público e realizada em dia único. Após a leitura da  
13 pauta pelo Secretário-Executivo do CIF, foi aberto espaço para considerações sobre a pauta. A  
14 coordenadora da CT-SHQA entregou por escrito as suas observações sobre a metodologia e  
15 acompanhamento dos prazos do TTAC, sugerindo que a Nota Técnica fosse aperfeiçoada antes de  
16 ser apresentada nessa reunião. Em relação à criação do Núcleo de Apoio Técnico de  
17 Acompanhamento Orçamentário e Financeiro e para o Suporte à Auditoria – NAF, a mesma  
18 informou que não recebeu o plano de trabalho do referido Núcleo, sem o qual a diretoria colegiada  
19 da ANA não poderia indicar membro titular e suplente. Também propôs que os assuntos incluídos  
20 na pauta desta reunião ordinária após o prazo de dez dias fossem adiados para a 4ª Reunião  
21 Extraordinária do CIF, a ser realizada no dia quatorze de setembro. O secretário da SEAPA afirmou  
22 que não haveria necessidade de que a Caixa Econômica Federal realizasse a apresentação prevista  
23 em pauta, visto que foram realizadas reuniões entre os representantes das câmaras técnicas e  
24 prefeitos de Minas Gerais e Espírito Santo, restando acordado que os Bancos de Desenvolvimento  
25 dos Estados atuariam como mandatários, utilizando a sistemática dos contratos de repasse. Os  
26 Prefeitos de Rio Doce e Mariana se posicionam no sentido de que a definição da seleção dos  
27 bancos seja célere, porque as obras devem iniciar no menor espaço de tempo possível em razão das  
28 necessidades da população. A coordenadora da CT-SHQA lembrou que a apresentação da CEF já  
29 constava como encaminhamento da 16ª Reunião Ordinária do CIF, em Belo Horizonte, consignado  
30 em Ata, e que a Fundação Renova deverá apresentar, por força da Deliberação nº 75 até o dia vinte  
31 e seis de agosto, propostas de uma ou mais instituições financeiras públicas com atuação na área de  
32 saneamento básico e/ou de desenvolvimento urbano e que o secretário da SEAPA, que ressaltou que  
33 os estados de MG e ES estavam “fechados” com o BDMG e o BANDES, deveria comunicar este  
34 fato oficialmente ao CIF, uma vez que desconsidera a referida Deliberação emitida pelo mesmo CIF.  
35 A Presidente suplente argumentou que a governança é realizada respeitando todas as instituições e  
36 que as deliberações têm o caráter de comando, sendo necessário analisar o caminho e as  
37 sustentações legais para que não haja conflitos. O secretário da SEAPA replicou, argumentando que  
38 a vontade da maioria deve ser seguida e que a premissa do acordo pode encurtar o tempo até a  
39 tomada da decisão. O Prefeito de Rio Doce lembrou sobre a definição do teto dos recursos do  
40 Programa de Saneamento, o qual foi amplamente debatido por um ano no CIF e acordado por meio  
41 de um consenso construído fora do ambiente do CIF entre os governos de Minas Gerais e Espírito  
42 Santo e os municípios, sendo posteriormente aprovado via deliberação. Salientou que o tema deve  
43 ser tratado com celeridade. A Presidente suplente argumentou que se deve respeitar a formalidade  
44 do processo. O representante da Fundação Renova informou que até o dia vinte e seis de agosto será  
45 entregue proposta sobre o trâmite financeiro e que já houve tratativas com os dois bancos estaduais  
46 no sentido de atender a Deliberação nº 75. A Presidente suplente ressaltou que a questão dos  
47 acordos é importante, mas que a Deliberação nº 75 será respeitada em razão da formalidade dos  
48 trâmites do CIF, mantendo a apresentação da CEF na pauta, cujos representantes estavam presentes  
49 na reunião. Em seguida, o Secretário-Executivo do CIF continuou com os informes gerais,



50 comunicando que no dia 14 de setembro ocorrerá a 4ª Reunião Extraordinária do CIF, a ser  
51 realizada por videoconferência na sala da DIREC, na Sede da ANA, em Brasília. A pauta principal  
52 da reunião versa sobre o Programa de Indenização Mediada – PIM, porém outros pontos poderão  
53 ser incluídos até dez dias antes da reunião. Na sequência, a Presidente do CIF mencionou as  
54 indicações para os conselhos da Fundação Renova, destacando que o indicado nas reuniões  
55 passadas para integrar o Conselho Curador declinou em razão de ter aceito convite de escritório de  
56 advocacia. Por outro lado, comunicou que o CBH-Doce indicou novo nome para indicação. O  
57 representante do CBH-Doce informou que o comitê, após aprovação unânime da plenária na sua 33ª  
58 Reunião Extraordinária, realizada em 15 de agosto de 2017, em Governador Valadares-MG, indicou  
59 o membro para compor o Conselho Curador da Fundação Renova, José Ângelo Paganini, afirmando  
60 que o mesmo atende aos pré-requisitos necessários para assunção do cargo. O CBH-Doce  
61 providenciará o envio do currículo do indicado à SECEX para que seja reencaminhado aos demais  
62 membros do CIF. A Presidente do CIF solicitou que os membros estudem em suas instituições um  
63 nome para a suplência do membro titular do Conselho Curador. A representante da SEMAD sugeriu  
64 que a avaliação da indicação para o titular do Conselho Curador seja pauta da 4ª Reunião  
65 Extraordinária. A Presidente do CIF concordou com a proposta. Em seguida, o secretário da SEAPA  
66 apresentou proposta de organização das reuniões do CIF. Os membros do CIF iniciaram um amplo  
67 debate sobre a dinâmica das reuniões e também em relação aos formatos dos documentos  
68 apresentados na reunião. Consenso de que as reuniões necessitam de nova dinâmica, devendo-se  
69 respeitar o prazo de dez dias de antecedência para o envio dos documentos que subsidiarão as  
70 tomadas de decisão. Adiante, foi sugerido que antes da reunião aberta do CIF, seja organizada uma  
71 reunião preparatória fechada, com duração de uma hora e trinta minutos, para alinhamento em  
72 relação aos temas polêmicos e de difícil consenso. Destarte, as próximas reuniões se iniciarão às  
73 nove horas e permanecerão fechadas até as dez horas e trinta minutos, do primeiro dia. Em seguida,  
74 a reunião será aberta ao público. A Presidente destacou que esta reunião ordinária do CIF,  
75 totalmente aberta, testou nova metodologia, sendo gravada assim como todas as outras reuniões, em  
76 atenção ao princípio da transparência. Complementou a proposta com a sugestão de que antes das  
77 reuniões ordinárias do CIF, a Secretaria-Executiva e as coordenações das Câmaras Técnicas  
78 realizassem uma reunião por videoconferência para o alinhamento em relação aos assuntos  
79 pautados. Também sugeriu que sejam realizadas reuniões específicas na Casa Civil, para buscar  
80 soluções conjuntas aos impasses, antes de que os temas sejam levados ao CIF. Dois pontos de pauta  
81 para a próxima reunião ordinária foram solicitados. A representante da SEMAD fará apresentação  
82 sobre o ZAP. E o representante do CBH-Doce apresentou requerimento que a discussão sobre a  
83 produção de peixes em tanques suspensos seja retomada no CIF e nas CTs responsáveis. Adiante, a  
84 apresentação da SECEX foi retirada da pauta. Seguindo a pauta, Presidente do CIF tratou sobre a  
85 criação do NAF, apresentando o cenário, o conceito e os objetivos do núcleo. Ressaltou a  
86 importância do perfil da equipe. O núcleo será composto por oito integrantes: quatro titulares e  
87 quatro suplentes. O Governo Federal fará a indicação de quatro membros e os governos do Espírito  
88 Santo e Minas Gerais indicarão dois membros, entre titulares e suplentes. As atividades a serem  
89 realizadas pelo NAF deverão ser reportadas ao CIF na forma de aconselhamento ou eventualmente  
90 por Notas Técnicas. As instituições representadas poderão, por meio de instrumentos próprios, criar  
91 grupos internos de trabalho para apoiar a execução de suas atividades. O NAF deverá trabalhar em  
92 parceria com a auditoria independente contratada pela Fundação. O representante da EY se  
93 manifestou sobre a dinâmica dos trabalhos das CTs, destacando que a atuação da consultoria não é  
94 focada, predominantemente, em instrumentos financeiros, mas em planejamento e gestão. A  
95 proposta de deliberação foi novamente apresentada, com ajustes na redação. Votação. Aprovada a  
96 **Deliberação nº 97.** O Prefeito de Rio Doce pediu esclarecimentos sobre o andamento do Programa  
97 da Cláusula 184, referente ao banco de dados e *webgis*. Os membros do CIF e representantes das  
98 CTs explicaram o conceito do programa e o andamento das atividades. A representante da SEMAD  
99 e a coordenadora da CT-FLOR ficaram responsáveis por agendar a próxima reunião com os



100 coordenadores das CTs, em setembro, em Belo Horizonte. O representante do CBH-Doce ressaltou  
101 a importância da criação da plataforma que integralizará os programas socioeconômicos e  
102 socioambientais no sentido de facilitar a gestão da política interfederativa, principalmente, em  
103 relação aos instrumentos financeiros. A Presidente do CIF destacou que as informações da  
104 plataforma serão totalmente abertas para consulta pela sociedade em respeito ao princípio da  
105 transparência na administração pública. Na sequência, a Presidente do CIF apresentou o andamento  
106 dos trabalhos para a realização do Seminário “Rio Doce: Desafios da Governança Interfederativa”.  
107 Explicou que a finalidade principal do evento é publicizar os trabalhos do CIF de forma  
108 transparente para a sociedade. Destacou que mais de setenta instituições participam da execução de  
109 quarenta e um programas, enfatizando a necessidade de desenvolvimento de um complexo trabalho  
110 de governança. No referido Seminário, a Presidência do CIF apresentará os avanços da governança  
111 interfederativa e os seus instrumentos de gestão. A programação do evento foi amplamente debatida  
112 até que o consenso fosse alcançado. Dúvidas e respostas sobre a entrevista coletiva. Em seguida, os  
113 representantes da CEF apresentaram os produtos e serviços bancários em referência à Cláusula 169.  
114 Destacou o serviço de acompanhamento físico-financeiro da obra, a experiência em parcerias  
115 público-privadas e a atuação de mais de vinte anos no mercado. A apresentação do BANDES deverá  
116 ser incluída na pauta da próxima reunião ordinária do CIF, em Vitória. Na sequência a coordenadora  
117 da CT-SHQA informou sobre o andamento dos trabalhos da CT, destacando a décima quarta reunião  
118 ordinária nos dias dez e onze de agosto em Vitória/ES, encontro em que foram analisados diversos  
119 itens, dentre os quais: o PMQQS, o Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto, o Plano de  
120 Capacitação dos Municípios e a Proposta de Estrutura de Apoio Técnico aos Municípios. Enfatizou  
121 que até o dia vinte e seis de agosto a Fundação Renova deverá avançar com relação aos itens  
122 citados, bem como nas tratativas junto às instituições financeiras. Por fim, mencionou que até  
123 quinze de setembro a CT concluirá um diagnóstico estratégico sobre a situação dos municípios. Em  
124 seguida, a coordenadora da CT-SHQA apresentou a proposta de deliberação sobre a atualização e  
125 ajustes ao Plano de Ações para o período chuvoso, a qual determina que a Fundação deverá  
126 providenciar e apresentar, em trinta dias, a atualização do referido plano, nos termos da Deliberação  
127 CIF nº 33 e da Cláusula 171 do TTAC, incluindo soluções para a melhoria dos sistemas de  
128 abastecimento das sedes dos municípios de Baixo e Governadores Valadares. Votação. Aprovada a  
129 **Deliberação nº 98.** Na sequência, a coordenadora da CT-SHQA apresentou outra proposta de  
130 deliberação que declara cumprido o parágrafo primeiro da Cláusula 177 do TTAC e requer que a  
131 Renova adote providências em relação à rede de monitoramento implantada no âmbito do PMQQS,  
132 determinando que as recomendações contidas na Nota Técnica nº 12 da CT-SHQA devem ser  
133 cumpridas integralmente, em continuidade às ações previstas no Programa de Investigação e  
134 Monitoramento da Bacia do Rio Doce, áreas estuarina, costeiras e marinha impactadas. Também  
135 prevê que a Fundação deverá comprovar o cumprimento das alterações solicitadas na referida NT  
136 por meio de relatório descritivo, com os devidos registros fotográficos, a ser apresentado num prazo  
137 de sessenta dias. Ao final, aponta que a fundação deverá apresentar ao Grupo de Acompanhamento  
138 do PMQQS, com antecedência mínima de 30 dias, o cronograma e a programação das coletas  
139 mensais previstas no PMQQS, incluindo informações a respeito da embarcação que será utilizada  
140 nas coletas, tais como tipo e capacidade, e informações a respeito da empresa e equipe técnica que  
141 será responsável pelas coletas de dados de descarga sólida. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 99.**  
142 Em seguida, a coordenadora informou que entre os dias trinta e um de julho e oito de agosto, a  
143 FEAM promoveu cinco reuniões com os Consórcios de Aterros de Resíduos Sólidos. Amplo debate  
144 entre os membros do CIF com considerações sobre os arranjos territoriais, planejamento, estudos e  
145 logística. Seguindo a pauta, a representante da FUNASA apresentou o apoio técnico aos municípios  
146 no esgotamento sanitário. Destacou que a FUNASA poderia trabalhar em análise de projetos e  
147 proposições técnicas junto aos municípios. Adiante, a coordenadora da CT-FLOR solicitou que a  
148 apresentação da CT fosse retirada da pauta desta reunião e que a Deliberação sobre o TR para  
149 Pagamento dos Serviços Ambientais seja incluída na pauta da próxima Reunião Extraordinária do



150 CIF. Seguindo a pauta, o representante da CT-CPDCS informou que estava prevista a apresentação  
151 do Plano de Comunicação da Qualidade da Água do Rio Doce, mas que a CT não logrou consenso  
152 para apresentar nesta data. A CT-CPDCS envidará esforços para apresentar proposta de deliberação  
153 sobre a NT da DPU para a próxima Reunião Extraordinária. Por fim, foi solicitado que o Governo  
154 de MG indique representante no GTA-PMQQS. Às treze horas a reunião foi **suspensa para o**  
155 **almoço**, sendo retomada às quatorze horas. A CTEI apresentou proposta de deliberação que  
156 estabelece prazo para retorno da Renova sobre a Deliberação nº 31, sugerindo estudos para criação  
157 de um selo de conformidade e qualidade. A minuta apresentada determina que a Fundação  
158 apresente, até o dia 23 de novembro de 2017, estudo de viabilidade visando a identificação,  
159 caracterização e certificação de produtos que tenham como insumos resíduos e rejeitos derivados do  
160 processo de mineração. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 100**. Na sequência, a CTEI apresentou  
161 proposta de alteração ao TTAC para inclusão de Ouro Preto/MG nas Cláusulas 130, 134 e 136 do  
162 TTAC, conforme NT. A proposta foi aprovada pelos membros do CIF. Após sugestão do  
163 coordenador da CT-ECL, foi decidido que o município também deverá ser incluído na Cláusula 101  
164 do TTAC. Além disso, também foi avençado que Ouro Preto deverá constar na lista de municípios  
165 de MG na Área de Abrangência Socioeconômica, previsto na Cláusula 01, inciso VII, do TTAC. Em  
166 seguida, foi apresentada nova proposta de deliberação que aprova a Nota Técnica CTEI nº 26,  
167 referente à criação dos Fundos de Desenvolvimento visando o cumprimento das Cláusulas 129 e  
168 130 do TTAC. A proposição determina que os bancos de desenvolvimento de Minas Gerais  
169 (BDMG) e do Espírito Santo (BANDES) apoiarão a criação, aplicação e operacionalização dos  
170 Fundos mencionados, os quais deverão manter operações pelo menos até o ano de 2030. A CTEI  
171 deverá reportar trimestralmente ao CIF os andamentos relacionados à operacionalização dos Fundos  
172 citados. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 101**. Foi destacado que se trata de Fundo Social em  
173 linhas muito melhores do que de outros bancos. Foram tecidos diversos comentários sobre a  
174 governança dos Fundos, retificando-se o quarto integrante do CIF-ES para o secretário da SEAMA.  
175 O representante da Renova mencionou que o Fundo será iniciado em setembro e que em quarenta e  
176 oito horas o dinheiro já estará na conta daqueles cujos créditos forem aprovados, pela internet. Será  
177 realizada campanha de publicidade para divulgação dos Fundos. O Prefeito de Mariana solicitou a  
178 inclusão do tema das “Plantas de Valores” na pauta da próxima reunião. O representante da CBH-  
179 Doce solicitou apoio à CT-CPDCS, visto que a mesma aparentemente está tendo dificuldades na  
180 operacionalização. A Presidente do CIF respondeu que serão dadas respostas após a realização do  
181 Seminário, quando serão constatadas as dificuldades de cada CT. Alguns membros das CTs  
182 questionaram acerca do relatório da consultoria Ramboll, contratada pelo MPF, visto que trechos do  
183 mesmo foram divulgados na mídia. Foi sugerido que o relatório seja disponibilizado para as CTs.  
184 Também foi sugerido que seja enviado Ofício para o MPF solicitando formalmente o envio do  
185 referido relatório. Na sequência, houve a apresentação da CT-BIO, que expôs a proposta de  
186 deliberação para aprovar o Plano de Trabalho para o Programa de Monitoramento da Ictiofauna do  
187 Rio Doce nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em atendimento à alínea “a” da Cláusula nº  
188 164 do TTAC, contendo orientações para apresentação de documentos complementares, conforme a  
189 Nota técnica nº 16/2017/CEPTA/DIBIO/ICMBio. A proposição determina que a Fundação Renova  
190 deverá apresentar, no prazo de 30 dias, documento comprovando onde os invertebrados serão  
191 depositados. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 102**. Em seguida, ocorreu a apresentação da CT-  
192 OS, com proposta de deliberação para a validação do Lote 009 do Cadastro Integrado referente ao  
193 Programa de Levantamento e de Cadastro dos Impactados. A proposição determina a validação de  
194 informações referentes a 680 famílias e 2.405 pessoas, conforme Ofício enviado pela Fundação  
195 Renova no dia 21 de agosto de 2017. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 103**. Na sequência, o  
196 coordenador suplente da CT-Saúde solicitou que as duas NTs com as bases mínimas dos Programas  
197 relativos à área da saúde no TTAC sejam incluídas na pauta da próxima reunião extraordinária.  
198 Destaca-se que houve inversão da pauta pela proximidade do tema a ser apresentado pela Renova  
199 com os Programas sob responsabilidade da CT-OS. Ademais, o coordenador da CT-IPCT, próxima



200 CT a apresentar, ainda não estava presente, visto que a reunião ainda não havia atingido o horário  
201 previsto na pauta. A seguir houve a apresentação sobre o Programa de Indenização Mediada pela  
202 Fundação Renova. O representante da Fundação destacou a linha do tempo, a estrutura dos  
203 atendimentos, desafios e alternativas para acelerar os pagamentos gerais, apresentando as propostas  
204 de políticas indenizatórias. Informou que o PIM conta com 630 prestadores de serviços, trinta  
205 escritórios, mais de duzentas e dez mil pessoas atendidas e o somatório dos pagamentos do PIM e  
206 do Auxílio somam mais de quatrocentos milhões de reais. O Prefeito de Rio Doce questionou sobre  
207 o pagamento para as comunidades tradicionais, tais como garimpeiros, faiscaidores e pescadores  
208 artesanais. Outro representante da Renova informou que o pagamento será executado,  
209 imediatamente após a aprovação pelo CIF, e que o processo está em fase final. Em atendimento às  
210 recomendações do CIF, o representante da Renova informou que foi ampliado o número de  
211 escritórios em Governador Valadares/MG, de dois para sete, e em Colatina/ES, de dois para quatro,  
212 mencionando que foram implantados escritórios em algumas cidades para aumentar o atendimento à  
213 população. Destacou que está sendo desenvolvida uma ampla campanha de atendimento através do  
214 uso de Escritórios Móveis, instrumento que aumentou bastante a capilarização do trabalho em  
215 atendimento à população. Seguindo a apresentação, o representante discorreu sobre as dificuldades  
216 do Cadastro Integrado, principalmente em relação à comprovação via documental, tais quais a falta  
217 de comprovação de renda (imposto de renda, simples, notas fiscais, recibos), de ofício (RGP,  
218 licença de operação, outorgas), e de residência. Explicou que, no início dos trabalhos, cerca de  
219 quarenta por cento da população em Governador Valadares e em Colatina não conseguiu comprovar  
220 residência, porém através da criação de novos instrumentos, em conjunto com a população e a  
221 assistência social, a comprovação foi flexibilizada e esse número baixou para cerca de vinte e cinco  
222 por cento. Informou sobre as dificuldades de delimitação da extensão do tempo de dano sofrido por  
223 diferentes setores, destacando o turismo, os areeiros, a pesca e a agricultura. Mencionou a pausa no  
224 programa para analisar, junto ao CIF via CT, e reorganizar a política de modo isonômico ao longo  
225 do território. Em relação ao cadastro dos pescadores, asseverou acerca da dificuldade de  
226 comprovação da renda dos mesmos, em razão da atividade pesqueira ser geralmente informal. Para  
227 tentar equalizar o problema, a Fundação vem desenvolvendo políticas de indenizações através da  
228 contratação de especialista em pesca, da operação assistida dos areais, da construção de políticas  
229 junto à população e entidades públicas e técnicas, de definições de critérios baseadas em parâmetros  
230 técnicos, de técnicas de indenizações baseadas em informações oficiais do IBGE, e do apoio técnico  
231 ao impactado para comprovação dos danos. O representante da Renova salientou que o PIM tem as  
232 vantagens de ser uma ação proativa e social que estabelece uma relação de confiança entre o  
233 impactado e a Fundação, construindo critérios consensuais, gerando acordos coletivos,  
234 quantificando dados de difícil comprovação, e promovendo a isonomia entre os impactados, com  
235 flexibilidade e celeridade. O representante da Defensoria Pública da União indagou que, se ao  
236 aceitar a indenização pelo PIM, o impactado deixaria de receber o Auxílio Emergencial. O  
237 representante da Renova respondeu que existe a integração entres os programas devido à aferição de  
238 renda, e que todos os recursos recebidos pelo impactado devido ao Auxílio Emergencial compõem o  
239 cálculo da indenização do PIM, em parcela única e de maneira antecipada. Nesse momento, a  
240 discussão prosseguiu sobre a proibição da pesca na região. O representante da CT-BIO afirmou que  
241 a pesca permanece proibida na calha do rio Doce no estado de Estado de MG, sendo permitida  
242 apenas a pesca de espécies exóticas nos afluentes. No Estado do ES, por outro lado, a pesca está  
243 liberada até vinte metros de profundidade, assim como nos demais locais banhados por água doce.  
244 Por fim, frisou o *workshop* sobre cultivo de tilápias nas lagoas da região. Ao final, a representante  
245 da Casa Civil comunicou sobre as dificuldades enfrentadas pelos pescadores para que sejam  
246 indenizados, isto porque a maioria se encontra na informalidade. O representante da CT-Saúde  
247 mencionou que os profissionais da saúde, especialmente do PSF, vêm sendo procurados para  
248 atestarem que determinadas famílias são pescadoras, ou sustentadas pela pesca, para facilitar o  
249 cadastro e a indenização. Entretanto, diante de eventuais negativas, os agentes da saúde vêm

Amy



250 recebendo ameaças, e enfrentando problemas com os gestores públicos. Na sequência, houve a  
251 apresentação da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais, que expôs proposta  
252 de deliberação para a substituição da segunda suplência da coordenação. Votação. Aprovada a  
253 **Deliberação nº 104**. Último item da pauta, O coordenador da CT-IPCT apresentou as propostas de  
254 alterações do TTAC, explicando sobre a necessidade de alterações de vários pontos para abarcar  
255 outras comunidades tradicionais e indígenas impactadas pelo Evento. A diretoria da Fundação  
256 Renova reconheceu outras tribos indígenas e comunidades tradicionais afetadas, não contempladas  
257 no TTAC. Dentre elas, menciona-se a comunidade remanescente de quilombos de Degredo e a tribo  
258 indígena Pataxó. A NT nº 2 foi projetada e todas as sugestões foram apresentadas. Primeiramente,  
259 foram apresentadas as propostas de alterações das cláusulas do Programa de proteção e recuperação  
260 da qualidade de vida dos povos indígenas. Em seguida, foi proposto que o Programa de proteção e  
261 recuperação da qualidade de vida de outros povos e comunidades tradicionais seja direcionado para  
262 as comunidades quilombolas e que outro programa específico seja criado para as demais  
263 comunidades tradicionais, tais como os faiscadores, garimpeiros e pescadores artesanais. Amplo  
264 debate sobre o formato de algumas propostas da CT, por não estarem em sintonia com as demais  
265 propostas aprovadas pelo CIF, nem levando em consideração posicionamentos pacificados. Como  
266 exemplo, cita-se que a validação dos estudos deve ser realizada pelo CIF e não por outros órgãos.  
267 As alterações sugeridas pela CT-IPCT, que propõe mudanças na redação das Cláusulas 39 a 53 do  
268 TTAC, especificamente sobre os povos indígenas e comunidades quilombolas, foram aceitas e  
269 aprovadas pelo CIF, com ressalvas. A SECEX providenciará os ajustes necessários em futura Nota  
270 Técnica, que incluirá também o município de Ouro Preto. Com relação ao programa sugerido para  
271 tratar dos outros povos e comunidades tradicionais, a SECEX proporá novo Parágrafo Único para  
272 garantir que os mesmos também tenham seus direitos assegurados pelo TTAC. A CT-IPCT  
273 apresentará nova nota técnica para embasar as mudanças no TTAC, com as devidas justificativas. O  
274 coordenador levará à CT as ressalvas sugeridas pelo CIF e retornará em futura reunião ordinária do  
275 CIF. A 17ª Reunião Ordinária do CIF se encerrou às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e  
276 três de agosto de 2017.



